

A PEDAGOGIA DA AUTONOMIA NA MODERNIDADE LÍQUIDA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

José Antonio Dias¹
Geraldo Augusto Locks²

RESUMO: Neste artigo destacar-se algumas das características do trabalho docente no sistema neoliberal no contexto paradigmático caracterizado como “modernidade líquida”. A abordagem é qualitativa e se embasada em Bauman, Dowbor, Dardot e Laval além de trechos da obra de Marx e Engels. Para além, busca-se no livro *Pedagogia da Autonomia* de Paulo Freire, uma referência para o trabalho de educadores progressistas visando a compreensão das contradições e a transformação da realidade. Conclui-se que os obstáculos à emancipação do ser humano não se dão, na maioria das vezes, de maneira aparente; a opressão e a alienação se realizam na *racionalidade* neoliberal. Neste contexto, a sociedade de classes se perpetua sustentada pela narrativa da liberdade democrática, mas sob o controle do mercado neoliberal. Assim, a educação e o educador tem um lugar proeminente, potencializar a insatisfação dos indivíduos, estimular a reflexão crítica e reinventar a utopia por meio de uma pedagogia libertadora.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Modernidade Líquida. Educação. Pedagogia da Autonomia.

ABSTRACT: This article focuses on some features of the teaching job in the in the neoliberal paradigmatic context characterized as “liquid modernity”. The approach is qualitative and is based on Bauman, Dowbor, Dardot Laval and some lines from Marx and Engel’s texts. Beyond this, we search on Paulo Freire’s book, “Pedagogia da Autonomia”, a reference to the work of progressive teachers looking for the comprehension of contradictions and the transformation of reality. We conclude that the obstacles to the human being emancipation do not come, most of times, in an apparent manner; the oppression and alienation come to be in the neoliberal rationality. In this context, the class society perpetuates itself based on the narrative of democratic freedom, but under the control of the neoliberal market. This way, education and educator have a prominent spot, to potentialize the dissatisfaction of individuals, to stimulate the critical reflection and to reinvent the utopia through a freeing pedagogy.

Keywords: Neoliberalism. Liquid Modernity. Education. Autonomy Pedagogy.

INTRODUÇÃO

As atividades humanas são historicamente condicionadas pelas estruturas sociais. Entretanto é a ação humana que conduz os rumos da história. Ao mesmo tempo em que somos sujeitos condicionados, existe uma potência transformadora na humanidade (MARX; ENGELS, 2001; 2006; 2017). Por consequência, o processo de formação social do

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade do Planalto Catarinense (PPGE-UNIPLAC). E-mail: joseantoniодias@uniplaclages.edu.br

² Doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (2008), Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (2012). E-mail: prof.geraldo@uniplaclages.edu.br

ser humano através do processo educativo possui suas delimitações estabelecidas pelas condições históricas do momento e do lugar onde se realiza. Ou seja, a educação não transforma a realidade mas participa da sua constituição. Desta forma, a educação não é uma força imbatível de transformação da sociedade, mas também não lhe cabe o papel de simples reprodutora do *status quo* (FREIRE, 2018).

Entendendo que o paradigma de sociedade atual se caracteriza como *modernidade líquida* (BAUMAN, 2001; 2010), sendo o neoliberalismo, a forma de nossa existência, indo além de uma ideologia ou uma política econômica, é a *razão* do capitalismo contemporâneo, tendo como regra geral a concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação (DARDOT; LAVAL, 2016). Nessa *racionalidade*, o trabalho docente é permeado pela liquidez da forma como o capitalismo se apresenta. Este artigo busca refletir sobre as possibilidades de uma ação pedagógica emancipadora, dentro da perspectiva proposta por Paulo Freire na obra *Pedagogia da autonomia*. Assumindo-se como qualitativa, a pesquisa deste artigo tem sua base no enfoque *crítico-participativo com visão histórico-estrutural*, entendido como “dialética da realidade social que parte da necessidade de conhecer (através de percepções, reflexão e intuição) a realidade para transformá-la em processos contextuais e dinâmicos complexos” TRIVIÑOS (1987, p. 117). Quanto a divisão, apresenta na primeira subseção algumas características reprodutivistas da educação dentro da modernidade. Na segunda subseção o trabalho docente no capitalismo é o tema principal. A proposta freiriana como possibilidade de uma perspectiva do trabalho docente é trazida na terceira subseção. Por fim, as considerações finais expressam uma reflexão incipiente sobre as aberturas que o professor progressista pode explorar dentro do contexto atual, para o desenvolvimento de uma Pedagogia Libertadora.

A EDUCAÇÃO NA MODERNIDADE CAPITALISTA

A *racionalidade* neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2014), como face contemporânea do capitalismo, mantêm a relação de poder da burguesia sobre os meios de produção, porém, diferentemente das estruturas sólidas da modernidade, adquirem a fluidez da pós-

modernidade (DOWBOR, 2020). A natureza mutante da classe dirigente do capitalismo já é apontada por Marx e Engels no Manifesto Comunista (2017, p. 24):

A burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção,[...]. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e esse falta de segurança distinguem a época burguesa de toda as precedentes. [...] Tudo que era sólido se desmancha no ar [...].

Entretanto, Bauman (2001) afirma que o “derretimento dos sólidos” anunciados por Marx e Engels no século XIX corresponde ao processo de desmonte das últimas estruturas residuais do passado, da tradição, do sagrado; “[...] para limpar a área para novos e aperfeiçoados sólidos; substituir o conjunto herdado de sólidos deficientes e defeituosos por outro conjunto, aperfeiçoado e preferivelmente perfeito, e por isso não mais alterável” (2001, p. 9). Não se constituindo num processo de liquefação permanente das estruturas socioeconômicas, mas na substituição destas por novos sólidos. Nesse processo de deterioração dos velhos sólidos, os antigos deveres com o lar e a família e as obrigações derivadas de tais relações passam a ser subordinados ao aspecto econômico, o axioma dinheiro é o que sobressairá como a base das relações sociais da modernidade. Possibilitando à economia se desvencilhar das amarras políticas, éticas e culturais dos tempos anteriores.

Na constituição da modernidade, a escola tradicional do século XIX justificava sua existência na formação de indivíduos para operacionalizar o sistema social, seja como mão-de-obra, seja como dirigente. Assim, a função do professor e do estudante estava determinada pela própria divisão em classes, e pelos tipos de conhecimentos que eram demandados pelo sistema. Zygmunt Bauman classifica a escola da modernidade sólida como legisladora, pois erigida no conceito de liberdade dos ideais burgueses, permitiria a administração social pelo Estado moderno através da racionalidade científica, estabelecida pelos intelectuais e letrados. Ou seja, através da educação se consolidaria a formação ideológica da sociedade, tendo a razão como parâmetro da realidade. (FÁVERO; CENTENARO, 2019). Paulo Freire (2018) aponta para a natureza política da educação, afirmando que o discurso de sua neutralidade é ideológico. Ao se promover o caráter reprodutivo da escola está se afirmando o modelo socioeconômico vigente, assim a manutenção do sistema educacional fundamenta a perpetuação do próprio capitalismo.

Portanto, apesar dessa característica estrutural e dinâmica do capitalismo, resultado das inovações e transformações das relações produtivas, a educação, constituinte dos aparelhos Estado burguês, teve seus pressupostos invariáveis durante a modernidade sólida. (BAUMAN, 2010).

O TRABALHO DOCENTE NA MODERNIDADE CAPITALISTA

Na ordem do sistema capitalista financeirizado, o docente é um agente da instituição escolar, um dos aparelhos ideológicos do Estado burguês (ALTHUSSER, 1987). Isso é garantido desde sua própria formação profissional, consolidada na qualidade de garantidor da ordem, classificador e transmissor dos saberes úteis aos futuros trabalhadores e dirigentes. Essa ordem é mascarada sob um véu de autonomia e liberdade dos indivíduos, da formação ser humano *eurocentricamente* civilizado, discurso preconizado pelos liberais iluministas. Enfim, na modernidade sólida, o Estado assume uma função pastoral, como fora a Igreja, legitimando os paradigmas científicos, éticos e de formação dos indivíduos, sob os preceitos da sociedade burguesa. (FÁVERO; CENTENARO, 2019). Porém o que se segue na constituição da modernidade não é a solidificação de novas estruturas. O que se mantém sólido é a totalidade do sistema capitalista, mas com uma fluidez das instituições que outrora se apresentavam como estruturais, entre elas o próprio Estado. As fronteiras internacionais são destruídas à vontade do Mercado. No decorrer do século XX o mercado financeiro de ações assume o controle do capital, subordinando todas as outras formas de apropriações dos meios produtivos. Esse processo ocorre em tempos diferentes e em locais diferentes. O desenvolvimento de tecnologias de comunicação e transporte garantiram a fluidez do capital, expandindo ainda mais as possibilidades de expropriação do trabalho. O controle da informação e do conhecimento, produtos imateriais do trabalho humano, ganham protagonismo na acumulação do capital (DOWBOR, 2020). Esse processo de liquefação se estende pelas demais estruturas sociais, subordinadas à determinação material que se realiza pelo capital.

A despeito do crescimento das economias nacionais nas décadas seguintes à Segunda Guerra Mundial, alicerçado no aumento exponencial do lucro das grandes corporações transnacionais, o mundo capitalista não consegue esconder as suas mazelas e

o crescimento da desigualdade. Para ocultar sua natureza contraditória, o discurso ideológico do capitalismo atomiza ao nível do indivíduo qualquer dimensão qualitativa da vida humana. Nessa *sociedade líquida*, Bauman (2010), evidencia a superficialidade das relações humanas, mediadas pela ética do Mercado. O neoliberalismo não se reduz a uma ideologia ou uma forma de organização econômica, ele permeia a formação da subjetividade, padroniza como os indivíduos se relacionam e tecem suas redes sociais. Diferente do que uma observação superficial pode sugerir, a *razão neoliberal* não pretende esvaziamento do poder estatal, pelo contrário, o Estado administra a conduta dos homens em direção a essa racionalidade. Nesse sentido, o que se realiza no bojo da *modernidade líquida* é uma racionalidade governamental. Governo aqui entendido como a regência da conduta do indivíduos no interior de um quadro social através dos instrumentos do Estado. Para além de um controle externo, o que se busca é a constituição do *autogoverno*, o sujeito é instrumentalizado pelo poder a fim de se tornam ele próprio produto e produtor da subjetividade que se externaliza na relação com os outros que, em certa medida, compartilham do mesmo viés subjetivo.

Assim, governar é conduzir a conduta dos homens, desde que se especifique que essa conduta é tanto aquela que se tem para consigo mesmo quanto aquela que se tem para com os outros. É nisso que o governo requer liberdade como condição de possibilidade: governar não é governar contra a liberdade ou a despeito da liberdade, mas governar pela liberdade, isto é, agir ativamente no espaço de liberdade dado aos indivíduos para que estes venham a conformar-se por si mesmos a certas normas (DARDOT; LAVAL, 2016, p 16).

Na *modernidade líquida*, o sucesso da formação dos indivíduos reside na velocidade em que os sujeitos se livram de velhos hábitos em nome de novas habilidades. Não se aprende para a vida, se aprende a aprender durante a vida (FÁVERO; CENTENARO, 2019).

No mundo líquido-moderno, a solidez das coisas, assim como a solidez dos vínculos humanos, é vista como uma ameaça: qualquer juramento de fidelidade, qualquer compromisso a longo prazo (e mais ainda por prazo indeterminado) prenuncia um futuro prenhe de obrigações que limitam a liberdade de movimento e a capacidade de perceber novas oportunidades (ainda desconhecidas) assim que (inevitavelmente) elas se apresentarem (BAUMAN, 2010, p. 17).

Mas apesar de o capitalismo está mudando de maneira acelerada e em profundidade. “[...] De forma geral, temos caracterizado “tudo isso aí” de neoliberalismo. O animal continua a ser o mesmo, mas com cores diferentes, uma juba maior, um comportamento mais ou menos agressivo, mais ou menos articulado ou desarticulado” (DOWBOR, 2020, p. 23). A fluidez da modernidade capitalista, na qual o neoliberalismo se apresenta como sua *racionalidade*, busca através da educação inculcar as características desejadas dos sujeitos, ao mesmo tempo que atende algumas das demandas de caráter subjetivo de grupos minoritários que urgem da sociedade, revertendo um cenário que, a princípio, tensionaria ainda mais o sistema. A pretensa racionalidade unificadora da modernidade sólida é sobrepujada pela aceitação da diversidade cultural, dos valores e dos pensamentos. Nesse sentido, o Estado cessa a pretensão de ser o ordenador, e a escola deixa de promover a “conversão dos incultos” (FÁVERO; CENTENARO, 2019).

Na contemporaneidade neoliberal, a escola e o professor assumem a função de intérpretes. “O docente está defrontado pela transição de uma aprendizagem para toda a vida (escola sólido-moderna) para uma aprendizagem ao longo da vida (exigência líquido-moderna)” (FÁVERO; CENTENARO, 2019, p. 11). O conhecimento mercantilizado, adquire características voláteis e descartáveis, no momento em que não é mais requisitado, ele se torna inútil. É requerida da educação uma formação básica sólida, para a partir disso se estabelecer uma formação abrangente visando o desenvolvimento de habilidades intelectivas (ANTUNES; PINTO, 2017). O que os donos do capital almejam na contemporaneidade fluída é a formação de uma mão-de-obra largamente capacitada para a realização de leitura e escrita qualificada, compreensão da língua inglesa e principalmente capaz de operar os equipamentos ligados às tecnologias digitais. Como resultado, o que se espera é a adequação dos trabalhadores ao *status quo* em dois sentidos. Por um lado a formação de sujeitos que possuam competências técnicas e emocionais capazes de reproduzirem a existência do capitalismo na sua *razão neoliberal* de destruição dos direitos trabalhistas e dos vínculos de trabalho, a emergência do empresário de si mesmo. A grande massa de indivíduos que continuam a ter sua força de trabalho explorada pelos capitalistas, mas na inexistência de vínculos formais na relação entre empresa e trabalhador e, na responsabilidade da escola, a ausência do senso crítico, desconhecendo o movimento da realidade (ANTUNES, 2018). Por outro lado, se espera que a educação

produza trabalhadores que possuam habilidades para responderem as vicissitudes que atravessam as empresas na *modernidade líquida*. Tomando para si, voluntariamente, os problemas das empresas. Por isso, desde a Educação Básica até a formação superior, temas como empreendedorismo e cooperação são devidamente inseridos no contexto de ensino-aprendizagem, o que reforça a aparente liberdade dos sujeitos dentro da democracia burguesa (ANTUNES; PINTO, 2017), modernamente adereçada pela subsunção de determinantes sociais que não comprometam a manutenção do sistema capitalista.

Assim o trabalhador é convertido em capital humano. A força de trabalho então se torna um coleção de saberes-fazer, habilidades, conhecimentos teóricos e práticos que são consumidos por quem compra os serviços do trabalhador. As instituições educacionais, submetidas ao desígnios do Estado burguês, se constituem a vanguarda da construção ideológica da sociedade (ALTHUSSER, 1987). O objetivo do capital na *modernidade líquida* é fomentar a subjetividade coletiva de sujeitos que busquem por si mesmo a qualificação demandada pelo mundo do trabalho. Diferente da imposição ou do treinamento específico para as funções de uma empresa, a educação neoliberal espera formar uma mão-de-obra autônoma, não no sentido de ser crítica e humanamente coletivo, mas de inserir-se voluntariamente na *razão neoliberal*.

Objetiva-se portanto, o *autogoverno* do indivíduo. Através da educação, a formação da subjetividade que contemple as habilidades demandadas pelo capital. Negando a disciplina autoritária ostensiva, o neoliberalismo produz sujeitos que se disciplinam e reproduzem a forma da existência capitalista. Ao examinar com mais atenção o modelo de trabalho e por consequência, as necessidades de formação para a classe trabalhadora na modernidade sólida, representada pelo taylorismo-fordismo, as relações de trabalho e os sistemas produtivos, rígidos e etapistas, permitiam uma identificação mais assertiva da exploração, o que resultou em conquistas por parte da classe trabalhadora (ANTUNES, 2018). Em contraposição, a individualização das dimensões sociais que atravessam o trabalho e sua expropriação na contemporaneidade não permitem uma identificação imediata entre a personificação do capital, fruto da exploração, com a figura do chefe. A flexibilização dos modos produtivos, a mecanização e a informatização da produção e circulação das mercadorias, além da imaterialidade do produto do trabalho intelectual aprofundam a alienação do trabalhador. Tal condição desvanece os limites entre o ser

humano e o trabalhador, possibilitando a exploração do tempo “improdutivo” ao mesmo tempo que imobiliza as ações de resistência e luta por direitos e mitigação da exploração capitalista.

Posto este cenário, a diluição da contratualidade, somado a uma linguagem corporativa mais amigável dificulta o reconhecimento da exploração por parte dos trabalhadores. Nesse campo, a pressão do capital sobre a educação ganha forma na efetivação de instituições educacionais de propriedade privada. Tanto como uma oportunidade de lucro sobre o trabalho educacional, onde o conhecimento historicamente acumulado se reduz a mercadoria; quanto na função de se difundir uma forma de pensar o mundo sob a égide do Mercado. Exemplo disso são as universidades corporativas, especificamente criadas para atender as demandas de mão-de-obra requisitadas pelo *mercado de trabalho*. Em contraposição, a existência de instituições de educação públicas, para além do conhecimento produzido, empurram o desenvolvimento das sociedades, o que permite vislumbrar possibilidades de alternativas ao presente modelo socioeconômico (ANTUNES; PINTO, 2017).

Acertadamente, a Pedagogia da autonomia denuncia a máscara de liberdade que esconde o caráter autoritário das políticas neoliberais. Não se trata mais de um rei despótico, um senhor feudal, um colonizador, um dono de fábrica asfixiando com truculência seus subordinados sociais. Nem um Estado autoritário sobre os cidadãos, mas uma domesticação alienante com extraordinária eficiência, a “burocratização da mente”. Posicionando o indivíduo no conformismo de quem entende a história como determinismo e não como possibilidade (FREIRE, 2018). A natureza dialética da dimensão educativa está contida também no trabalho docente. Na perspectiva freiriana, a profissão do professor se desdobra numa coleção de contrariedades e potencialidades. Ao passo que não considere o professor um proletário, define-o como um trabalhador cultural e social. Sendo uma classe em constituição, transita entre uma auto identificação como classe profissional ao mesmo tempo que incorpora, em certos momentos, o discurso da elite. Na ambivalência entre classe trabalhadora e classe média, sendo portadora portanto “do compromisso profissional do educador, com os processos de humanização, opressão, conscientização e com a práxis educativa e revolucionária, considerados em todas as dimensões contraditórias no interior das quais são construídas” (HYPÓLITO; GHIGGI, 2010, 664).

PAULO FREIRE: a contraposição à racionalidade neoliberal pela solidariedade

Entretanto, como Dowbor (2020, p. 29) afirma: “A nova sociedade traz indiscutivelmente em seu bojo tanto um potencial de libertação quanto sombrias possibilidades de um universo opressivo[..]”. Indo ao encontro com o primeiro caminho, Paulo Freire propõe aos docentes progressistas que usem das estruturas materiais e imateriais ainda presentes no capitalismo para a promoção de uma educação emancipadora. No livro *Pedagogia da autonomia* (2018), em seu prefácio, de autoria de Edna Castro de Oliveira, é apontado o caráter individualista e competitivo da *racionalidade* neoliberal e que esta é contraposta por Paulo Freire ao anunciar solidariedade como elemento fundante de sua pedagogia. Na liquidez da modernidade se esconde o controle do mercado financeiro sobre as relações humanas BAUMAN (2010). As incertezas e inseguranças que atingem os sujeitos no nível da subjetividade ao ponto em que se naturaliza a precariedade e a desigualdade das condições materiais de milhões de pessoas. Essa condição presumidamente fatalista se infiltra nos espaços de educação e formação, haja vista a função que o capitalismo atribui à escola. A individualização egoísta, a competição, o condicionamento disfarçado de liberdade, a busca do desenvolvimento de habilidades para que os sujeitos se adaptem ao mundo, mudem “*de acordo com as novidades*” não devem ser objetivos do trabalho de um professor adepto de uma pedagogia emancipadora. Em nenhum sentido tais elementos dirigem o sujeito a sua vocação do *Ser Mais*, a condição ontológica do ser humano para Paulo Freire.

Freire defende firmemente a condição política do professor, negando a *racionalidade* neoliberal de que a escola é um espaço de neutralidade. Algumas das principais características do capitalismo neoliberal: a individualização, a falta de referências, o medo do diferente de si, a mercantilização de todas as dimensões humanas (BAUMAN, 2001); são diametralmente opostas ao pensamento freiriano. Para o pensador pernambucano o ser humano só se realiza como tal no coletivo, na comunhão com os demais homens e mulheres. E isso é possível na Educação Dialógica (FREIRE, 2018), onde se encontra a reflexão entres os sujeitos, uns com os outros, não somente para a compreensão, mas visando a ação. Para além disso, que a ação se dê a partir da reflexão, e que se reflita *na* ação. A *práxis social*. Freire entende os indivíduos como sujeitos

inconclusos, e que ao longo do processo formativo devem ter a possibilidade de buscar sua constituição do *Ser Mais* - assim, deixar de ser coisa para se humanizar (SILVA *et al.*, 2018) - ao mesmo tempo em que contribui para a transformação de seu mundo. O futuro fatalista vislumbrado pela lente do capital neoliberal é sobrepujado pelo devir de possibilidades que reemergem dos valores e práticas do diálogo, da comunhão e da solidariedade.

Bauman (2013) também discorre sobre a inconclusão humana, apontando como a ansiedade, desespero e dor são cooptadas pelo Mercado através da promoção do consumo. Reforça também a capacidade que o capital tem de transformar toda força contrária em proveito e lucro. Ainda nessa perspectiva, a insaciável necessidade humana por novidades é direcionado ao egoísmo indispensável para a reprodução da economia consumista. Porém, assim como Freire (2018), Bauman (2013) acredita que a educação, mesmo sob os ditames do mercado, corresponde a um dos determinantes de uma possível revolução cultural. Nega-se portanto o fatalismo neoliberal. As características de exclusão e desigualdade (MARX; ENGELS, 2017), ainda presentes na contemporaneidade, se escondem na liquidez dos condicionantes institucionais das relações sociais do capitalismo. Os obstáculos à emancipação do ser humano não se dão, na maioria das vezes, de maneira aparente; a opressão, a alienação e a expropriação do trabalho se realizam na *racionalidade neoliberal*. Nela, a divisão de classes é perpetuada pela falsa premissa de liberdade democrática que mascara o controle do Mercado sobre todas as dimensões individuais e sociais. E a educação não escapa disso. Como aparelho ideológico (ALTHUSSER, 1987), a escola possui papel central na normalização das relações sociais. A individualização, a competitividade ao invés da cooperação, a mercantilização e a volatilidade dos afetos, ou seja, a inculcação da razão neoliberal fomenta “a morte das grandes utopias da sociedade e, de modo geral, da ideia de boa sociedade” (SILVA *et al.*, 2018, p. 80). Em oposição, Paulo Freire, na “Pedagogia da Autonomia” (2018, p. 21) afirma que: “O livro com que volto aos leitores é um decisivo não a esta ideologia que nos amesquinha como gente”. Nele, é reafirmado a necessidade do docente construir o entendimento do mundo junto aos estudantes, para poder agir sobre ele, mas que para efeito é fundamental entender que isso só é possível dentro da coletividade, no conjunto

dos indivíduos, rejeitando todas as características perniciosas à sociedade que se desenvolveram com a *modernidade líquida*.

O processo de aprendizagem que vise a emancipação deve partir da realidade material dos educandos. Não cabe ao professor que se valha da Pedagogia Libertadora expor conteúdos prontos, externos ao cotidiano dos indivíduos. Desta forma, ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção (FREIRE, 2018). Objetivando o desenvolvimento da *autonomia* dos sujeitos, munidos com os conhecimentos coletivamente constituídos a partir da ação dialógica do professor, pode-se superar o ideário neoliberal da atomização dos sujeitos na subjetividade egoísta do Mercado. A característica de permanente mudança, de instabilidade e incertezas da modernidade revela, numa perspectiva de possibilidades, ser um aspecto favorável a uma formação libertadora. “O que importa aos jovens é conservar a capacidade de recriar a ‘identidade’ e a ‘rede’ a cada vez que isso se fizer necessário ou esteja prestes a sê-lo. A preocupação de nossos antepassados com a identificação é substituída pela reidentificação” (BAUMAN, 2010, p. 27). Nesse ponto, o trabalho docente pode se aproveitar da permanente insatisfação dos indivíduos e de sua predisposição à mudanças para desenvolver uma reflexão que se desenvolva na subjetividade a princípio, mas que extrapole para o comunitário. Pois, “inacabado e consciente de seu inacabamento, histórico, necessariamente o ser humano um ser ético, um ser de opções, de decisão” (FREIRE, 2018, p. 108).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O docente progressista não pode correr o risco da ingenuidade. Sua prática pedagógica movido por seu projeto societário teimosamente faz a trajetória e avança no marco da educação emancipatória. São imprescindíveis o pensamento reflexivo e crítico, que parte da realidade na qual se esconde e se apresenta o sistema socioeconômico neoliberal reinventando-se sob a esteira da modernidade líquida. A reflexão acima evidenciou que este sistema é o produtor da ideologia que amesquinha a humanidade. Neste sentido, o desafio da educação e da comunidade educativa é dizer não a sociedade capitalista hegemônica. Torna-se um imperativo ético-político, compreender que o ato

educativo é político, mentindo se afirmar sua neutralidade, sendo honesto se sua ação contribuir para a transformação de educandos e educadores.

É urgente fazer a escolha, entre potencializar as alternativas de libertação e manter as possibilidades de um universo opressivo. Parafraseando o pensamento de Freire, trata-se então de negar a lógica da racionalidade neoliberal e afirmar o projeto da educação libertária. Compreendendo, portanto, sob a perspectiva emancipadora de Paulo Freire (1994), as situações-limites como uma fronteira de possibilidades entre o Ser e o *Ser Mais*. Ou seja, rejeitando a aparência conformista que emoldura as relações sociais, que se reproduz nas relações de produção e esta, pela condição histórica do capitalismo, sobredetermina as demais dimensões humanas. Não cabe ao educador progressista adaptar seus educandos ao que está posto, pois o que está posto não é inalterável, solidificado como verdade incontestada. A liquidez da modernidade também se aplica a natureza dos determinantes históricos. A dimensão social, produto do trabalho humano, está em permanente movimento e disputa, por isso apresenta múltiplas contradições.

Como pontuamos ao longo deste texto, estas contradições, por derivação, estão presentes na escola e no processo de ensino-aprendizagem. Assim, o educador dotado da autoridade coletivamente instituída e fomentada no desenvolvimento mútuo da autonomia junto aos educandos, agirá pela práxis social, desvelando as potencialidades que as situações-limites tentam esconder pelas suas ameaças. Esse desvelar possibilita vislumbrar o inédito viável presente em todo fenômeno social. A adesão ao programa do inédito viável se dá com a consciência de que somente ele pode impedir a concretização das ameaças presentes nas situações-limites. Em síntese, se na modernidade líquida refletiva na perspectiva sociológica que encontra identidade concreta na razão neoliberal, a educação tem o propósito de criar a subjetividade coletiva e ao mesmo tempo preparar a classe trabalhadora para atender as demandas do capital. Contudo, resistir e reexistir neste contexto apresenta-se a dialética explicitada na Pedagogia da Autonomia provocando o educador a rejeitar o fatalismo ideologicamente discursado pelo capital e a propor uma educação solidária e emancipatória.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão [recurso eletrônico] : o novo proletariado de serviços na era digital. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2018.

_____ ; PINTO Geraldo Augusto. **A fábrica da educação**: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017. (Coleção questões da nossa época, v. 58).

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário**: e outros temas contemporâneos. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. Tradução: Eliana Aguiar.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. Tradução: Plínio Dentzien.

DARDOT, Pierre Dardot; **LAVAL**. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. Tradução: Mariana Echalar

DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se Desloca**: novas arquiteturas sociais. São Paulo: Edições Sesc, 2020. 194 p.

FÁVERO, Altair Alberto; **CENTENARO**, Junior Bufon. A dialética entre a normatização e a interpretação:: a autoridade docente na modernidade líquida de Bauman. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 57, n. 52, p. 1-23, 25 abr. 2019. Universidade de Passo Fundo.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. 57 ed.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 17 ed.

HYPÓLITO, Álvaro Moreira; **GHIGGI**, Gomercindo. Trabalho Docente. In: **STRECK**, Danilo R.; **REDIN**, Euclides; **ZITKOSKI**, Jaime José (org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p. 663-664.

MARX, Karl; **ENGELS**, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Tradução: Luís Cláudio de Castro e Costa.

_____. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2017. Tradução: Álvaro Pina e Ivana Jinkings.

_____. **Textos sobre Educação e Ensino**. São Paulo: Editora Centauro, 2006. 110 p. Tradução: Rubens Eduardo Frias.

SILVA, Clemildo Anacleto et al. Aproximações entre a concepção de educação popular em Paulo Freire e a crítica à sociedade líquida em Zygmunt Bauman. **Ciência em Movimento Educação e Direitos Humanos**, [S. l.], v. 20, n. 40, p. 71-81, ago. 2018. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ipa/index.php/EDH/article/view/576>. Acesso em: 22 jun. 2020.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.